

bens ambientais propostos nas listas. Mais de 90% desse mercado são dominados pelos países da OCDE, tendo à frente os EUA, a União Européia e o Japão.

Por outro lado, os países em desenvolvimento são importadores líquidos desses bens. No Brasil, de 2002 a 2004, as importações subiram 23%. O valor está em US\$4,2 bilhões e a taxa potencial de crescimento é alta².

As múltiplas formas de uso dos bens ambientais podem ser entendidas por meio de exemplos de produtos inseridos na lista, como bicicletas, fornos de microondas, cloro, termômetros, pirometros, barômetros, reservatórios, tanques e contêineres de aço ou ferro, condensadores de vapor, peças de maquinário etc. Como todos eles podem ter uma destinação bem variada, a sua justificativa ambiental se torna questionável.

Há toda uma diversidade de bens inseridos na lista consolidada³ submetida ao CTE, sem critério de diferenciação ou hierarquia entre os mesmos.

Na definição dos bens ambientais, a Índia propôs uma abordagem por projetos designados pela autoridade nacional. A abordagem dá maior margem para as políticas nacionais e ameniza o problema do uso múltiplo dos produtos. Os mesmos teriam uma redução ou isenção tarifária quando tivessem sua destinação ambiental. ■

* Analista ambiental da Diretoria de Economia e Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; cassia.saretta@mma.gov.br

** Diretor de Economia e Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; gerson.teixeira@mma.gov.br

¹TN/TE/W/59. 8 de julho de 2005.

²Esta estatística se refere à lista proposta pela OCDE/APEC.

³A lista consolidada se refere ao trabalho de consolidação realizado pelo secretariado da OMC, no sentido de aglutinar numa só proposta todas as propostas de listas submetidas pelos membros ao CTE.

POLÍTICA AGRÍCOLA



As três reformas na União Européia

António Cipriano Afonso Pinheiro *

Dirceu João Duarte Talamini **

Desde a criação da Política Agrícola Comum (PAC), em 1958, se pode distinguir três períodos embasados por uma filosofia diferente.

- Primeiro: da sua criação até à reforma de 1992.
- Segundo: de 1992 até a reforma que entrou em vigor em 1º de Janeiro de 2005.
- Terceiro: não se sabe se o último, de 2005 em diante.

A lógica subjacente à criação da PAC estava no produto, sem visar ao agricultor. O objetivo fundamental era aumentar rapidamente a produtividade da terra e do trabalho, por meio do estabelecimento e sustentação de preços altos para os produtos. O nível de vida dos agricultores aparecia apenas como corolário.

Com isso, houve aumento da produção das designadas *commodities* (cereais, carne bovina e leite), junto com problemas sérios de

natureza econômica, social e ambiental, tais como:

- alocação pouco racional dos recursos. Os agricultores produziam porque tinham preços garantidos, sem levar em conta as vantagens comparativas. Exploravam culturas para as quais não tinham conhecimentos tecnológicos;
- falta de equidade na distribuição das ajudas aos agricultores. O apoio era proporcional ao volume de produção e representava uma parte do preço recebido. O tamanho da produção era proporcional ao benefício. Isto criou, naturalmente, muitas injustiças entre países e agricultores de um mesmo país;
- uso excessivo de fatores de produção (adubos, fungicidas, pesticidas e outros), além do ambiental e economicamente recomendável;

Chegou um momento em que as despesas com a PAC consumiram cerca de 60% do orçamento

total, um dos principais motivos da primeira grande reforma.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A reforma de 1992 ocorreu também pela pressão da Organização Mundial do Comércio para a União Européia (UE) reduzir os apoios à agricultura. Assim, o enfoque principal da PAC passou do produto para o produtor. O agricultor europeu é erigido à categoria de guardião do espaço rural, com as funções de agente fundamental do desenvolvimento e do ordenamento do território e da proteção do ambiente.

A reforma introduziu os apoios desligados do volume de produção, as chamadas ajudas diretas (por animal e por hectare), e criou um segundo pilar de apoio do desenvolvimento rural.

A agenda 2000, considerada a reforma mais radical e mais global da PAC, veio dar continuidade e aprofundar o processo iniciado em 1992, tentando, de forma desesperada e precária, lhe prolongar a vida.

Apesar de todas as tentativas e das sucessivas medidas tomadas, a agricultura da UE, especialmente nas chamadas *commodities*, continuava a ser fraca. Seus agricultores usufruíam preços mais elevados ou maiores apoios do que os dos seus homólogos externos.

Por outro lado, como os apoios continuavam ligados à produção, traziam consequências desfavoráveis ao ambiente. Finalmente, as iniciativas tímidas de desenvolvimento rural não produziam os objetivos almejados. Em muitas regiões, a agricultura deixou de ser competitiva e sofreu uma forte desertificação, com os novos preços. Tudo isso criou a consciência da necessidade de transferir fundos do primeiro para o segundo pilar da PAC e de criar novos instrumentos em matéria de desenvolvimento rural.

A PAC tem também originado problemas para os consumidores, habituados com os mercados per-

manentemente abastecidos de produtos, que passaram a ter maior preocupação com a saúde e a segurança alimentar.

Os últimos acontecimentos, relacionados com o mal da vaca louca, nitrofuranos e organismos geneticamente modificados, mostraram bem como os consumidores reagem a problemas ligados à saúde humana. Cada vez mais, as pessoas com elevado poder de compra se dispõem a pagar mais para minimizar o risco de comerem produtos que são possíveis causadores de problemas de saúde. A garantia, a certificação e a rastreabilidade dos produtos passam a ser encarados como um prêmio de seguro de saúde.

Tudo isso, por si só, justificava uma nova e profunda reforma da PAC, mas a razão principal se prendeu à falta de viabilidade financeira da antiga PAC, num contexto de expansão da UE para 25 países.

OS DEZ NOVOS PAÍSES

A expansão e a integração dos 10 novos países (UE N10) foram um dos maiores desafios à Europa desde sua divisão, após a Segunda Guerra Mundial. São nações com estágio de desenvolvimento e problemas econômicos, sociais e culturais muito diferentes dos da maior parte dos países da UE-15. As grandes disparidades na agricultura da UE-15 perderam significado quando comparadas à grande discrepância entre os países agora integrados (o PIB *per capita* da Bulgária é um terço do da Eslovênia).

Na UE N10, com muita diferença na estrutura das empresas como na produtividade e no rendimento, o setor agrícola ainda desempenha um papel muito importante na formação do PIB e na geração de empregos. Um grande número de pequenas empresas e sistemas de agricultura de subsistência coexiste com um setor emergente de grandes empresas agrícolas comerciais.

A Polónia tem dois milhões de

empresas agrícolas, dos quais, uma grande parte é de subsistência ou semi-subsistência; cerca de 57% com menos de 5 hectares e apenas 8,5% com acima de 15 hectares. A tecnologia é obsoleta. O investimento é quase nulo e esconde um grande subemprego.

Embora tenha produtividade marginal do trabalho próxima de zero, o setor agrícola desempenha o papel de "amortecedor social", no sentido de alimentar a população sem emprego em outros setores da economia. Qualquer processo de reestruturação ou de aplicação de medidas de integração que gere maior desemprego só deverá ser implementado se, antes ou ao mesmo tempo, encontrarem outras fontes de emprego ou rendimento.

IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO

Em resumo, a integração dos novos países na UE aumentará a população em 28%, e o PIB, em 11%, medido em unidades de poder de compra¹. Ao nível do setor agrícola, a área agrícola aumentará em 45%, a mão-de-obra duplicará e o número de empresas agrícolas aumentará 74%².

Neste cenário a aplicação da atual PAC aos novos países causará inúmeros problemas, sendo que para alguns, os apoios dados atualmente à agricultura incrementarão o rendimento familiar, aponto dos agricultores, pura e simplesmente, deixarem de trabalhar. ■

* Professor catedrático do Departamento de Economia da Universidade de Évora. Endereço eletrônico: acap@uevora.pt

** Pesquisador da Embrapa Suínos e Aves; talamini@cnpsa.embrapa.br

¹ Comissão Européia; *Diretório Geral para Agricultura: Analysis of the impact on agricultural markets and incomes of EU enlargement to the CEECs*, março de 2002.

² Parlamento Europeu, *Relatório da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural - RR/47267PT.doc*. Relatório: Karl Erik Olsson.